



**EMBAIXADA DE ANGOLA**

**LISBOA-PORTUGAL**

**SERVIÇOS DE IMPRENSA**

**RESENHA DE IMPRENSA  
ANGOLANA**

**04 de Junho 2021**

## **Presidente Angolano parte para a República do Congo**

Luanda - O Presidente da República, João Lourenço, deixou o país, esta manhã, com destino a República do Congo, onde vai participar numa Cimeira da Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC) sobre a situação política e de segurança no Tchad.

No aeroporto internacional 4 de Fevereiro, o Chefe de Estado angolano recebeu cumprimentos de despedida do vice-presidente da República, Bornito de Sousa, e de outros membros do Executivo angolano.

Em Brazzaville, onde permanecerá até ao final da tarde desta sexta-feira, João Lourenço, vai abordar com outros líderes da região a actual situação política e de segurança que se vive no Tchad, agravada após a morte, a 20 de Abril último, do antigo Presidente tchadiano, Idriss Déby Itno.

Por causa desta situação, um Conselho Militar de Transição assumiu a gestão dos assuntos do país e, a 2 de Maio, criou um governo de transição que deverá conduzir o Tchad até à realização de novas eleições num período de 18 meses.

A preparar a Cimeira, encontra-se em Brazzaville uma delegação angolana integrada pelos ministros das Relações Exteriores, Tété António, e do Interior, Eugénio Laborinho, o Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas Angolanas, general de exército Egídio Santos, e o Comandante-Geral da Polícia Nacional, comissário-geral Paulo de Almeida.

A CEEAC conta com 11 países, nomeadamente, Angola, Burundi, Camarões, Centro-Africana, Congo, Democrática do Congo, Gabão, Guiné Equatorial, Ruanda, São Tomé e Príncipe e o Tchad. (ANGOP)+++

## **João Lourenço em Brazzaville pela paz no TCHAD**

Brazzaville (Dos enviados especiais) - O Presidente da República, João Lourenço, chegou, na manhã desta sexta-feira, à Brazzaville, capital do Congo, para abordar com homólogos da Comunidade Económica de Estados da África Central (CEEAC) soluções para a estabilidade política no Tchad.

A situação política no Tchad agravou-se com a morte do Presidente Idriss Deby, em Abril passado, após ter sido gravemente ferido em combate, passando o país a ser dirigido por um conselho militar liderado por Mahamat Idriss Déby Itno, filho do finado estadista.

Em Brazzaville, João Lourenço junta-se aos outros Chefes de Estado e de Governo que se propõe nesta sexta-feira adoptar uma declaração com contribuição para a estabilidade política tchadiana.

Também no quadro da busca de soluções, o líder do Conselho Militar de Transição, Mahamat Déby, terminou, na última quinta-feira, uma visita de dois à Angola, tendo sido recebido pelo Presidente João Lourenço, altura em que pediu apoio às autoridades nacionais e declarou o interesse de reforçar as relações de cooperação entre os dois estados.

Em declarações à imprensa, o secretário Executivo a CEEAC, o angolano Gilberto Veríssimo, disse que o quadro no Tchad ainda é preocupante por haver vários movimentos rebeldes, bem com por este partilhar fronteira com países com alguma instabilidade, como a Líbia, o Sudão, o Sudão do Sul e o Níger, assim como o lago Tchad, onde há uma forte acção terrorista.

Sublinhou que o ambiente político se agrava pelo facto de os militares, ao chegarem ao poder, terem suspenso a

Constituição e criado uma Carta prometendo uma transição em 18 meses renováveis, com o envolvimento das forças vivas daquele país.

De acordo como o embaixador Gilberto Veríssimo, a CEEAC propõe-se acompanhar a transição dentro dos prazos estabelecidos. No entanto, considerou desnecessário o envio de militares para o Tchad, sublinhando que o "ambiente é fundamentalmente político" e que "uma vez resolvido, resolve também a questão da segurança" naquele país africano.

A região da África Central é assolada por alguma instabilidade política que condiciona a consolidação da paz e a segurança, tendo como países mais afectados as repúblicas Democrática do Congo (RDC), Centro Africana (RDCA) e, mais recentemente, o Tchad, com a morte do seu Presidente, Idriss Déby, em Abril passado.

Angola já acolheu este ano duas cimeiras de Chefes de Estado para a paz na República Centro Africana e, no ano passado, mediou um conflito fronteiriço que envolvia o Ruanda e o Uganda. A par do Tchad, são membros da CEEAC as Repúblicas de Angola, o Burundi, Camarões, Centro-Africana, Congo, Democrática do Congo, Gabão, Guiné Equatorial, Ruanda e São Tomé e Príncipe.

A meta da Comunidade Económica dos Estados da África Central, criada 1983, em Libreville, Gabão, é a cooperação pelo desenvolvimento auto-sustentável, com particular ênfase, para a estabilidade económica e melhoria da qualidade de vida.

Com uma população de cerca de 145 milhões de habitantes, a organização tem previsto para o corrente ano (2021) um orçamento estimado em USD 75.781.406,54, vindo de contribuições dos Estados membros e de parceiros internacionais.

Do plano de acções prioritárias da CEEAC para 2021 consta a operacionalização do mercado comum, melhoramento do ambiente dos serviços e das capacidades produtivas, reforço da cooperação económica, monetária e financeira e desenvolvimento

das capacidades estatísticas. Relativamente ao plano estratégico indicativo de médio prazo 2021-2025, realce para a integração política, paz e segurança económica, monetária e financeira, ambiental e desenvolvimento rural, bem como a continuidade das reformas institucionais da comunidade, entre outros. (ANGOP)+++

## **CEEAC considera preocupante situação política no TCHAD**

Brazzaville (Do enviado especial) - O secretário Executivo da Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC), Gilberto Veríssimo, considerou, quinta-feira, "preocupante" a situação de segurança no Tchad, agravada com a morte do Presidente Idriss Déby Itno, em Abril último.

O diplomata angolano fez este pronunciamento a propósito da reunião de Cúpula desta organização regional, agendada para esta sexta-feira, em Brazzaville, República do Congo, e que contará com a presença do Chefe de Estado angolano, João Lourenço.

Disse que a insegurança deve-se ao facto de existir uma série de movimentos rebeldes e por o Tchad partilhar fronteira com países com alguma instabilidade, como a Líbia, o Sudão, o Sudão do Sul e o Níger, assim como o Lago Tchad, onde há uma forte acção terrorista.

Associada a estas situações, acrescentou, está o facto de os militares, ao chegarem ao poder, suspenderem a Constituição e criarem uma Carta, prometendo uma transição em 18 meses renováveis, com o envolvimento das forças vivas daquele país. Gilberto Veríssimo afirmou que a CEEAC vai acompanhar a transição dentro dos prazos estabelecidos.

Considerou desnecessário o envio de militares para o Tchad, argumentando que o ambiente é fundamentalmente político e, "uma vez resolvido, resolve-se também a questão da segurança".

De acordo com o responsável, foi já realizada, em Brazzaville, no quadro da preparação da Cimeira dos Chefes de Estado, uma reunião dos Comandantes das Forças Armadas e

Polícias da CEEAC, a que se segue o encontro de ministros. Integram a comitiva angolana os ministros das Relações Exteriores, Teté António, e do Interior, Eugénio Laborinho, o Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas Angolanas, general de exército Egídio Santos, e o Comandante-Geral da Polícia Nacional, comissário-geral Paulo de Almeida.

Apesar do compromisso para alcançar a união aduaneira e uma zona de livre comércio, a região é assolada por alguma instabilidade política que condiciona a consolidação da paz e a segurança.

Os países mais afectados continuam a ser as repúblicas Democrática do Congo (RDC), Centro Africana (RCA) e, mais recentemente, o Tchad. A situação no Tchad agudizou-se no final de Abril, na sequência da morte do Presidente reeleito Idriss Déby Itno, que não resistiu aos ferimentos contraídos em combate contra as forças opositoras armadas, no Norte do país.

Idriss Déby Itno morreu um dia depois de ter sido declarado vencedor das eleições presidenciais de 11 de Abril. Devido à esta situação, um Conselho Militar de Transição assumiu a gestão dos assuntos do país e, 2 de Maio criou um governo de transição que deverá conduzir o país até à realização de novas eleições.

A CEEAC conta com 11 países, nomeadamente, Angola, Burundi, Camarões, Centro-Africana, Congo, Democrática do Congo, Gabão, Guiné Equatorial, Ruanda, São Tomé e Príncipe e o Tchad.

Consta dos propósitos da organização cooperar para a promoção do desenvolvimento industrial na África Central, bem como no intercâmbio nos domínios dos transportes e comunicações, na união dos bancos comerciais e na criação de um fundo de desenvolvimento. (ANGOP)++++

## **Angola exposta ao impacto das alterações climáticas**

Moçâmedes - O impacto das alterações climáticas em Angola, sobretudo na região sul, vai continuar, sendo cada vez

mais necessário a criação de condições de resiliência e assistências com meios diversos às populações rurais. A situação torna o sistema agro-alimentar de Angola vulnerável a riscos como a seca, cheias e pragas, no início e no decorrer da estação de crescimento.

O alerta veio da diretora Nacional do Ambiente e Acção Climática, Ivone Pascoal, quando discursava no lançamento do Projecto de Integração das Alterações Climáticas na Gestão Ambiental e Sustentável da Terra, decorrido, quinta-feira, na província do Namibe.

Neste sentido, disse que é essencial melhorar a gestão sustentável e coordenada dos recursos naturais e reforçar a resiliência dos pequenos produtores, para melhor se adaptarem aos impactos das alterações climáticas.

Sublinhou que o ecossistema de Angola possui vastas áreas cultiváveis, recursos florestais, bem como pesca marítima e continental diversificada, mas aspectos ligados à seca e às cheias colocam em risco a capacidade de produção, comercialização, armazenamento e consumo das famílias.

Por isso, considerou importante o lançamento deste projecto, cujo objectivo é proteger, restaurar e promover o uso sustentável do ecossistema terrestre, combate à desertificação, degradação do solo e a perda de bio-diversificação. Ivone Pascoal salientou que o mesmo está inserido no esforço contínuo que o país tem feito no combate as alterações climáticas.

Afirmou que o plano é uma plataforma para disseminação de boas práticas de gestão sustentável da terra, porque Angola possui pouca experiencia em lidar com às alterações climáticas, em geral, e no sector agrícola, em particular.

O projecto veio para monitorar as comunidades e estará implementado no Centro Agro-ecológicos do município da Bibala, onde serão promovidas ciclos formativos de quadros e outros trabalhos sobre o equilíbrio do ecossistema,

Financiado pelo Fundo Global do Ambiente, no valor de 2,3 milhões de dólares norte americanos, vai introduzir, desenvolver

e disseminar diversas práticas de adaptação às alterações climáticas, como adubação orgânica, recuperações de solos, uso de rega gota a gota e práticas agro-florestais. O mesmo vai beneficiar 22 mil e 500 pequenos agricultores e pecadores em quatro províncias contempladas.

A província do Namibe será contemplada com 20 escolas para práticas de técnicas agrícolas e combate à desertificação.

(ANGOP)+++

## **MPLA e UNIP reforçam visões sobre combate à corrupção**

Luanda - As estratégias de combate à corrupção, quer em Angola como na Zâmbia, estiveram no centro de um encontro, esta quinta-feira, em Luanda, entre a vice-presidente do MPLA, Luísa Damião, e o presidente do UNIP, Trevor Mwamba.

À saída da reunião, Trevor Mwamba disse que o diálogo com Luísa Damião foi produtivo, considerando-o uma oportunidade para reafirmar os laços históricos que unem as duas formações políticas.

Disse que o trabalho que o MPLA está a desenvolver actualmente, de combater a corrupção, é um caminho que a Zâmbia procura seguir, salientando que agindo assim, os dois países vão melhorar o nível de vida dos respectivos povos.

"São novos desafios e existe a necessidade de nos comprometermos com a questão da melhoria do nível de vida dos nossos povos", enfatizou o presidente do Partido Unido para a Independência Nacional (UNIP, na sigla em inglês), Zâmbia.

Neste mesmo dia, a vice-presidente do MPLA recebeu também a embaixadora do Reino Unido em Angola, Jessica Hand, com quem abordou situações inerentes aos desafios impostos pela Covid-19, assim como questões ligadas ao ambiente, com realce para as últimas chuvas que se abateram sobre a capital do país, Luanda, que causaram vários danos.

Em declarações à imprensa, a diplomata britânica vincou que, em Angola, o Reino Unido é um grande doador de vacinas para combate à Covid-19, prometendo trabalhar para que mais pessoas sejam vacinadas. (ANGOP)+++

## **Manuel Nunes Júnior aponta desafios para a melhoria do ensino**

Luanda - O ministro de Estado para Coordenação Económica, Manuel Nunes Júnior, afirmou, esta quinta-feira, que o sistema de ensino em Angola ainda é caracterizado por profundas insuficiências, apesar dos avanços registados nos últimos quatro anos.

Ao intervir no acto de apresentação da comunicação e divulgação do "Projecto Escolas de Referência", o governante referiu que uma das fragilidades tem a ver com a qualidade dos professores, sublinhando que este factor é imprescindível para a melhoria do sistema de ensino.

Manuel Nunes Júnior disse, entretanto, que nos últimos quatro anos o país teve aumento de cerca de 58 por cento de salas de aula, especificamente no ensino pré-escolar, primário e secundário.

Conforme o ministro de Estado, o número de salas de aula passou de 97 mil e 684, em 2017, para 167 mil e trinta e duas, em 2020. "Com este aumento em infra-estruturas foi possível o acesso ao sistema de ensino de mais de três milhões e cem mil alunos, saindo dos dez milhões e seiscentos matriculados, em 2017, para mais de 13 milhões e setecentos mil matriculados, no presente ano lectivo", salientou.

Disse ter sido necessário, para tal, contratar mais docentes, passando o efectivo de 200 mil e 664, em 2017, para 210 mil e 674, em 2020. De acordo com Manuel Nunes Júnior, Angola tem feito grande esforço para expandir a sua rede escolar, principalmente a partir de 2002, altura da conquista da paz definitiva, progressos estes que resultam do esforço colectivo e devem ser reconhecidos.

Por sua vez, a ministra da Educação, Luísa Grilo, realçou o significado e o alcance do projecto Escolas de Referência. No seu entender, o mesmo remete a um esforço conjunto e continuado de organização, estudo e investimento controlo e avaliação de todo processo e dinâmicas de gestão administrativa

e pedagógicas, com foco na qualidade dos alunos e formadores. Já o secretário de Estado para o Ensino Superior, Eugénio Silva, reafirmou, no mesmo acto, o compromisso do Estado com a melhoria da qualidade dos formadores para o projecto e dos referidos currículos.

A titular do Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social, Teresa Rodrigues Dias, reafirmou o compromisso do Executivo com a formação e valorização do capital humano. (ANGOP)+++

# JORNAL DE ANGOLA

*On Line*

**SEXTA - FEIRA, 04 DE JUNHO DE 2021**

## **Reino Unido reafirma apoio às reformas no país**

A embaixadora britânica em Angola, Jessica Hand, reiterou, ontem, em Luanda, o compromisso do Reino Unido de continuar a apoiar as iniciativas do Governo angolano na implementação de reformas económicas, para a criação de um excelente ambiente de negócio.

No final de uma audiência, concedida pela vice-presidente do MPLA, Luísa Damião, na sede do partido no poder, a diplomata disse, à imprensa, que existe interesse de investimentos nos sectores da agricultura, mineiro, transporte e educação, sobretudo na formação de professores do ensino da língua inglesa, bem como no tecnológico.

Jessica Hand referiu, igualmente, a necessidade de se continuar a apoiar o Executivo no domínio da desminagem, em

todo o território nacional, para atrair o investimento privado. Em outros fóruns, disse tem sido discutido muito sobre o papel desenvolvido pela Organização Não-Governamental britânica Halo Trust, na desminagem de vários campos no país, o que vai permitir atrair empresários do Reino Unido na dinamização do sector industrial.

A embaixadora britânica referiu que muitos empresários manifestam interesse em investir em Angola, nos mais variados sectores, mas precisam de maior sensibilização sobre as reformas em curso para aproveitarem as oportunidades de investimento.

Durante o encontro, disse, felicitou os esforços implementados pelo Executivo no combate à pandemia da Covid-19, reiterou o compromisso do Governo britânico em apoiar as vítimas das chuvas no Sul do país e na doação de vacinas para combater a pandemia.

### **Elogios da Zâmbia**

Ainda ontem, a vice-presidente do MPLA recebeu o novo presidente do Partido Unido para a Independência da Zâmbia, Trevor Mwamba, que destacou a experiência de Angola no combate à corrupção, igualmente em curso naquele país. *(J.A)++++*

### **Deputados discutem forma de nomeação do governador**

O governador do Banco Nacional de Angola (BNA) poderá passar a apresentar à Assembleia Nacional o programa de governação para que seja aprovado pelos deputados, antes da nomeação pelo Presidente da República.

Esta possibilidade foi apresentada, ontem, pelos deputados, durante a discussão, na especialidade, da Proposta de Revisão parcial da Constituição da República.

Segundo a proposta, o governador do BNA é nomeado pelo Presidente da República, após audição na Comissão de Trabalho Especializada da Assembleia Nacional, competente em razão da matéria, cabendo ao Chefe de Estado a decisão final em relação à nomeação do candidato proposto.

Alguns deputados, como Jorge Vitorino, da UNITA, discordaram que a audição ao candidato seja feita pela comissão de trabalho especializada e propuseram que passe a ser pelo Parlamento enquanto órgão legislativo.

A mesma opinião foi partilhada pelo deputado Leonel Gomes, não integrado em nenhum grupo parlamentar, que sugeriu que a audição fosse feita pela Assembleia Nacional, que tem os mecanismos internos para despoletar os procedimentos.

Leonel Gomes sugeriu, ainda, que houvesse três candidatos a governador do BNA e entre eles fosse escolhido um. "Se houver três candidaturas, a escolha pode ser mais consentânea com aquilo que, eventualmente, todos nós almejamos e pretendemos para esta instituição importante", considerou.

André Mendes de Carvalho "Miau", da CASA-CE, entende que a Assembleia Nacional deve votar e aprovar a indicação do candidato a governador do BNA, cabendo ao Presidente da República apenas a formalização da candidatura. "Miau" defende que a proposta apresentada deve indicar o tempo de mandato e a forma como o governador pode ser afastado do cargo.

Mihaela Weba, da UNITA, defendeu, também, que devem ser apresentados no mínimo três candidatos ao cargo de governador do BNA. A deputada propôs que dos três candidatos, a Assembleia Nacional escolhesse um para governador e os outros dois indicados para vice-governadores.

"Se queremos que haja, efectivamente, independência do Banco Nacional, a Assembleia Nacional deve tomar a decisão e o Presidente da República ratificar aquilo que a Assembleia decidir", propôs.

A deputada é de opinião que a Assembleia Nacional deve fazer visitas aos programas de investimentos públicos constantes no Orçamento Geral do Estado, ter acesso ao desembolso realizado pelo Executivo, relativos aos pagamentos destes investimentos.

## **Executivo esclarece os objectivos da revisão**

O ministro de Estado e chefe da Casa Civil do Presidente da República afirmou que se pretende, com a proposta, fazer uma audição ao Parlamento e não uma decisão para nomeação do governador do BNA.

Adão de Almeida lembrou que a actividade do BNA, enquanto Banco Central, tem reflexos directos sobre o sucesso ou insucesso da acção governativa. Por isso, entende ser fundamental que quem tem a coordenação do exercício da acção governativa tenha, também, maior intervenção no processo de designação de quem influencia o êxito da acção governativa, como é o caso do BNA.

"Faz todo sentido que a última decisão seja do Presidente da República, que é o Titular do Poder Executivo, cuja a acção e responsabilidade política final pode, também, estar dependente do sucesso da acção de um governador do Banco Central", disse.

Adão de Almeida discordou da proposta dos deputados Leonel Gomes e Mihaela Weba de apresentação de três candidatos para governador do BNA, devendo os dois não apurados passarem a vice-governadores.

Para Adão de Almeida, esta proposta desvirtua o sentido e a lógica do processo de designação. "Ser candidato a governador, não é, necessariamente, ser candidato a vice-governador. Quem vem num processo de designação para governador pode não estar disponível para vice-governador e não é o resultado da votação que vai dizer que um é governador e outro é vice-governador", sustentou o ministro, para quem esta situação pode levar a dificuldades funcionais do BNA.

O deputado António Paulo, do MPLA, respondeu a Mihaela Webba, esclarecendo que, no âmbito do funcionamento dos órgãos do Estado a vários níveis, existem mecanismos de controlo interno, através do serviço de inspecção e de fiscalização, nomeadamente a Inspeção Geral da Administração do Estado, Inspeção Nacional de Finanças e Serviços de Controlos Externo.

"Se queremos que os deputados passem, também, a fiscalizar desembolsos, estamos a confundir funções. Uma coisa é ir visitar a obra e outra é pedir o histórico de ordem de saque. Isso é função de controlo externo do Tribunal de Contas, da IGAE e Inspeção Nacional de Finanças", explicou.

### **Orçamento para as autarquias**

O ministro de Estado e chefe da Casa Civil do Presidente da República esclareceu que o OGE não prevê a totalidade da receita e da despesa das autarquias, uma vez que elas têm receitas próprias e realizam despesas aprovadas nos respectivos orçamentos.

O orçamento para a realização das autarquias foi outro assunto discutido na sessão de ontem da Assembleia Nacional. A proposta de revisão da Constituição defende que o Orçamento Geral do Estado deve apresentar a previsão de verbas a transferir para as autarquias. (J.A)++++

### **TAAG transforma país em hub de carga aérea**

As Linhas Aéreas de Angola (TAAG) realizam, hoje, o primeiro voo de uma operação que transforma Luanda numa plataforma de transporte de carga entre Angola, África do Sul, São Tomé e Príncipe, Portugal e o Brasil, com ligações quinzenais entre Luanda, Joanesburgo, São Tomé, Lisboa e São Paulo, anunciou ao Jornal de Angola o sub-director de Carga da companhia.

A operação começa com um voo de ida e volta entre Luanda e São Paulo, de onde a carga segue, além de destinos angolanos, para Joanesburgo, a capital do arquipélago e Lisboa, havendo uma expectativa inicial do transporte de 30 toneladas, de acordo com Caetano Quibuba.

"Existe uma grande procura de transporte de carga do Brasil para Angola e outros pontos", afirmou o responsável, descrevendo a estratégia da plataforma que, apoiada nas ligações entre Luanda e São Paulo, tem Joanesburgo, São Tomé e Lisboa como suporte para a manutenção da vitalidade da operação.

As rotas de Luanda para São Paulo e Lisboa são servidas por aviões do tipo 777-300ER, enquanto a de Joanesburgo é operada por um 737-700F, indicou o sub-director de carga da TAAG.

Caetano Quibuba realçou que as ligações entre as cinco cidades beneficiam de uma plataforma do género estabelecida entre a TAAG e a NAM, baseada em Liege, na Bélgica, onde ocorrem fluxos dinâmicos de transporte de carga para Luanda e outros pontos.

Os fretes são constituídos, em grande parte, por material médico ligado ao combate da pandemia da Covid-19, mas, também por equipamento para a indústria petrolífera. As ligações entre Luanda e São Paulo foram suspensas em Março, no quadro de medidas adoptadas pela companhia aérea angolana para conter o avanço da Covid-19 em Angola.

A transportadora mantém, entretanto, voos de passageiros para Lisboa, para onde opera com duas frequências semanais, São Tomé e Joanesburgo, à luz de decisões anunciadas em meados de Maio, quando a TAAG adoptou ajustes destinados a garantir a retoma gradual da actividade para corresponder à procura.

*(J.A)++++*

### **BDA financia operadores económicos**

**Sete operadores de comércio e 15 cooperativas beneficiaram, em Malanje, de um financiamento do Banco Africano de Desenvolvimento (BDA), no âmbito das Medidas de Alívio Económico, que visa aumentar a produção agrícola, informou, o chefe do Departamento do Instituto Nacional de Apoio a Pequenas e Micro Empresas (INAPEM).**

Isaías Muhongo, que falava durante o encontro denominado "Fileiras positivas", promovido pelo Ministério da Economia e Planeamento, destacou que a iniciativa abordou mecanismos que visam facilitar o diálogo entre os produtores, comerciantes e os transportadores dos produtos agrícolas do campo para os centros de consumo.

Consta ainda dos objectivos, apoiar as vendas no mercado, fortalecer a capacidade, desenvolvimento das cadeias de valores do agro-negócio. Encontros similares serão realizados nos 14 municípios da província, juntando produtores que desenvolvem a actividade agrícola em grande escala.

Durante o evento, foi comercializadas duas toneladas de feijão e 56 de mandioca, entre os produtores, comerciantes e empresas ligadas à indústria transformadora. Fazem parte das "Fileiras positivas" produtores, transformadores e operadores de logística, cuja meta é dar sustentabilidade ao projecto.

*(J.A)\*\*\*\*\**

### **Família de Salupeto Pena identifica restos mortais**

**Os familiares consanguíneos de Salupeto Pena, Alicerces Mango, Jeremias Chitunda e de Eliseu Chimbili foram submetidos, ontem, em Luanda, à recolha de sangue e saliva, no Laboratório Central de Criminalística, para o cruzamento do ADN feito às ossadas dos respectivos restos mortais daqueles dirigentes da UNITA mortos durante os confrontos pós-eleitorais de 1992.**

O anúncio foi feito, ontem, pelo ministro da Justiça e dos Direitos Humanos, Francisco Queiroz, depois de uma visita de acompanhamento dos membros da Comissão para a Implementação do Plano de Reconciliação das Vítimas de Conflitos (CIVICOP) ao Hospital Américo Boavida, para constatar as ossadas de vítimas de conflitos políticos ocorridos desde a Independência (11 de Novembro de 1975) até 4 de Abril de 2002, e ao Laboratório Central de Criminalística.

No necrotério (morgue) do Hospital Américo Boavida, no quadro do procedimento de identificação visual das ossadas das vítimas de conflitos armados, os familiares tomaram contacto com as daqueles que podem ser os restos mortais de Elias Salupeto Pena, então representante da UNITA na CCPM (Comissão Conjunta Política e Militar), Adolosi Paulo Alicerces Mango, secretário-geral do partido, Jeremias Kalandula Chitunda, vice-presidente, e Eliseu Sapitango Chimbili, antigo

chefe dos Serviços Administrativos da UNITA. Num transporte colectivo, os familiares seguiram, depois, para o Laboratório Central de Criminalística onde foram submetidos à recolha de amostras (sangue e saliva) para testes de ADN que, posteriormente, serão cruzados com os exames às ossadas das vítimas.

O ministro assinalou que o processo de entrega de corpos das vítimas de conflitos políticos começou formalmente ontem. "No entanto, há necessidade de assegurar o procedimento de identificação dos restos mortais", referiu.

"Estamos a cumprir o programa estabelecido, depois do pedido solene de desculpas e de perdão pelo Presidente da República, João Lourenço, em nome do Estado angolano. O passo seguinte é entregar os restos mortais às famílias para o enterro", disse.

Francisco Queiroz reforçou que só depois dos testes de ADN e do cruzamento com as ossadas das vítimas é que deve ser entregue o respectivo corpo a cada família, com base na identificação feita. "Os restos mortais serão, nesta fase, entregues em caixão a cada família, para fazer um funeral de acordo com a sua tradição", afirmou.

O ministro da Justiça e dos Direitos Humanos garantiu que os resultados dos testes feitos, ontem, aos familiares deve durar até três dias, mas a conclusão pericial do cruzamento com as ossadas dependerá da dinâmica do processo de exame e diagnóstico por ADN.

"Uma vez que estamos em presença de restos mortais que sofreram uma decomposição acentuada - estamos a falar de restos mortais que têm quase 30 anos -, a recolha de amostras obedecerá a um procedimento que passa pela lavagem e limpeza que leva o seu tempo", reconheceu.

### **Confiança nos peritos**

O coordenador da CIVICOP reconheceu a capacidade técnica do Laboratório Central de Criminalística (LCC) para a fiabilidade dos testes. Francisco Queiroz disse que o LCC tem

muita experiência por ter feito já muitos trabalhos semelhantes. O ministro da Justiça e dos Direitos Humanos admitiu a possibilidade do Governo permitir que familiares possam fazer exames posteriores.

"Confiamos nos resultados deste laboratório, mas, para garantir maior liberdade e direitos das famílias, quem quiser fazer outros exames, recorrendo a outros laboratórios, é livre", disse, acrescentando que o Governo tem confiança no laboratório e, por isso, dispensa o recurso a outros laboratórios.

O ministro esclareceu que, neste processo, o Estado vai apenas garantir a entrega dos restos mortais, em caixões às famílias. "Estas famílias, seguramente, terão seus programas e rituais para o enterro e o Estado vai respeitar isso", afirmou.

Francisco Queiroz garantiu que, para os restos mortais que forem encontrados em lugares distantes do domicílio das famílias, o Estado vai assumir a responsabilidade de fazer a transladação.

Membro da CIVICOP, a ministra da Saúde, Sílvia Lutucuta, sublinhou o trabalho conjunto para garantir o respeito das questões sanitárias à volta do processo, sublinhando que há questões de saúde de fundo a ser acauteladas.

### **Descoberto local secreto com ossadas das vítimas do "27 de Maio"**

Membros da Comissão para a Implementação do Plano de Reconciliação das Vítimas de Conflitos (CIVICOP) visitam, na próxima semana, um local secreto, onde foram encontradas ossadas das vítimas do "27 de Maio de 1977", para a posterior exumação dos restos mortais.

O anúncio foi feito, ontem, em Luanda, pelo ministro da Justiça e dos Direitos Humanos, Francisco Queiroz, na qualidade de coordenador da CIVICOP, no final de uma visita de acompanhamento de familiares das vítimas de conflitos políticos, desde 11 de Novembro de 1975 a 4 de Abril de 2002, ao Laboratório Central de Luanda.

Francisco Queiroz, que não revelou o local exacto para não "ser contaminado" por invasão popular que possa atrapalhar o trabalho de perícia na recolha e tratamento dos restos mortais, garantiu que as condições estão a ser criadas para a exumação das ossadas.

Há 44 anos, trágicos acontecimentos que se seguiram ao 27 de Maio vitimaram um número indeterminado de cidadãos. Dos restos mortais (ossadas) a serem localizados estão os de Alves Bernardo Baptista (Nito Alves), Jacob João Caetano (Monstro Imortal), Ernesto Eduardo Gomes da Silva (Bakalof), Sita Maria Dias Valles (Sita Valles), José Jacinto da Silva Vieira Dias Van-Dúnem (Zé Van-Dúnem), António Urbano de Castro (Urbano de Castro) e David Gabriel José Ferreira (David Zé).

Constam ainda os nomes de Artur de Jesus Nunes (Artur Nunes), Pedro Fortunato, Arsénio José Lourenço Mesquita (Sianuk), António Lourenço Galiano da Silva e Domingos Ferreira de Barros (Sabata), além de ex-militares da 9ª Brigada, do Destacamento Feminino e da DISA. (J.A)++++